



Processo n. 106.084/15

CONTRATO N. 2015/231.1

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS  
DEPUTADOS E A MARANGON E  
OLIVEIRA LTDA. PARA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DA  
PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA MOODLE, INCLUINDO  
CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DE  
DADOS (CURSOS E ALUNOS),  
CRIAÇÃO DE RELATÓRIOS  
GERENCIAIS, HOSPEDAGEM DE  
SISTEMAS NA LINGUAGEM PHP E  
SUPORTE TÉCNICO, PELO PERÍODO  
DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

Ao(s) *vinete e oito* dia(s) do mês de *novembro* de dois mil e  
dezessete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes,  
nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante  
denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor  
Administrativo, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, casado,  
residente e domiciliado em Brasília, e a MARANGON E OLIVEIRA LTDA.,  
situada na Rua João Cezaro, n. 32, Apt. 1102, Villa Rodrigues – Passo Fundo/RS,  
inscrita no CNPJ sob o n. 11.524.313/0001-65, daqui por diante denominada  
CONTRATADA, e neste ato representada por seu Sócio, o senhor PAULO  
ROBERTO GONÇALVES MARANGON, brasileiro, solteiro, residente e  
domiciliado em Passo Fundo/RS, perante as testemunhas que este subscrevem,  
acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo em  
referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações  
posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de  
17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos  
Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de  
5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital  
do Pregão Eletrônico n. 187/15, doravante denominado EDITAL, e seus Anexos,  
observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Este Aditivo decorre do seguinte:

a) prorrogação da vigência contratual, pelo período de 24 (vinte e quatro)  
meses, contados a partir de 30/12/17, com amparo no artigo 57, inciso II, da LEI,  
correspondente ao artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO; e



b) concessão de desconto sobre o valor da prestação mensal para o subitem 1.3 - serviço de suporte técnico e garantia de funcionamento, que passa a ser de R\$700,00 (setecentos reais), conforme proposta da CONTRATADA, datada de 01/06/17.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2015/231.1, passa a vigorar com sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“ .....

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de hospedagem de sistemas na linguagem PHP e suporte técnico da plataforma de educação à distância *MOODLE*, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com as especificações técnicas descritas no EDITAL e demais exigências e condições expressas no referido EDITAL e seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) EDITAL e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 187/15;
- c) Propostas da CONTRATADA, datadas de 06/11/15 e 01/06/17.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o artigo 65, parágrafo 1º, da LEI, correspondente ao artigo 113, parágrafo 1º, do REGULAMENTO.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

.....

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total do presente Contrato é de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais), considerados os preços unitários mensais constantes da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O subitem 1.1 do objeto, descrito no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL, aceito definitivamente pela CONTRATANTE, será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável.



Parágrafo segundo – Os subitens 1.2 e 1.3 do objeto, descritos no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL, aceitos pela CONTRATANTE, serão pagos em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo terceiro – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo quarto – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quinto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo sexto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo sétimo – Os encargos moratórios devidos referentes aos subitens com pagamento em parcelas mensais serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.



Parágrafo oitavo – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo nono – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo décimo – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

.....

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto das Notas de Empenho n. 2017NE003221 e n. 2017NE003223, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:  
01.031.0553.4061.5664 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política (Administração Legislativa).
- Natureza da Despesa:  
3.0.00.00 - Despesas Correntes  
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 30/12/17 a 29/12/19, podendo ser prorrogado, para os subitens 1.2 e 1.3, descritos no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL, em conformidade com o inciso II do art. 57 da LEI, e com o inciso II do art. 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo único – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

.....”

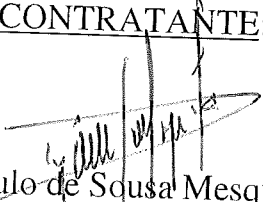


Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Aditivo.

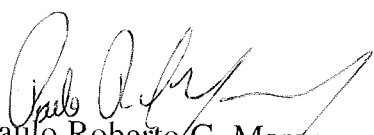
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 5 (cinco) páginas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 2ª de novembro de 2017.

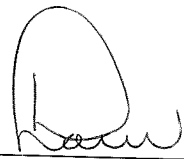
Pela CONTRATANTE:

  
Romulo de Sousa Mesquita  
Diretor Administrativo  
CPF n. 443.493.351-53

Pela CONTRATADA:

  
Paulo Roberto G. Marangon  
Representante Legal  
CPF n. 801.679.180-87

Testemunhas:

- 1)  66240
- 2) 